

06

Sistemas agrários, políticas públicas e desenvol- vimento territorial local/regio- nal: considerações acerca da porção oeste da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - Brasil

Anelise Graciele Rambo, Otávio
Diel Deves y Miguel Lovois de Andrade

RESUMO O presente artigo se propõe apresentar aspectos evolutivos dos sistemas agrários da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (GFM), espaço de inserção de políticas públicas em nível nacional. Uma regionalização proposta pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Este recorte possui como principal característica o processo de colonização por descendentes de imigrantes europeus, oriundos das colônias velhas do Rio Grande do Sul-Brasil. Assim, tentar-se-á caracterizar os sistemas agrários deste recorte, destacando o processo de imigração que parte das colônias velhas em direção ao noroeste gaúcho, em seguida deslocando-se para o oeste catarinense e para o sudoeste paranaense. Além do mais, pretende-se demonstrar as contribuições da abordagem dos sistemas agrários para subsidiar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento, ora denominado desenvolvimento territorial, considerando que a mesorregião GFM é um espaço de atuação das políticas do MI, criada justamente para melhor adequar as políticas públicas à realidade deste recorte espacial.

Palabras clave sistemas agrários | Grande Fronteira do Mercosul | desenvolvimento territorial local/regional

Anelise Graciele Rambo

Licenciada e Mestre em Geografia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br

Otávio Diel Deves

Bacharel em Desenvolvimento Rural & Gestão Agroindustrial. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).

E-mail: otaviodeves@yahoo.com.br

Lovois de Andrade Miguel

Doutor em Agronomia, professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

Fecha de recepción: 28 | 11 | 2007

Fecha de aceptación: 20 | 06 | 2008

SUMMARY This article aims to present evolutionary aspects of the agrarian systems *Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul* (GFM), space for entering public policies at the national level. A proposal regionalization by the *Ministério da Integração Nacional* (MI). This cutting possesses as main feature is the process of colonization by descendants of european immigrants, from the old colonies of Rio Grande do Sul, Brazil. Thus, we will try to characterize the agrarian systems of this region, underlining the migration process from the old colonies toward the Rio Grande do Sul's northwest, then moving for Santa Catarina's west and than to Paraná's southwest. Moreover, we intended to show the contributions of the agrarian systems approach to subsidize the formulation of public policies for territorial development, whereas the *Mesorregião* GFM is an area of performance of MI policies, a region created precisely to better suit public policies to actually of GFM.

Key words agrarian systems | *Grande Fronteira do Mercosul* | local/regional territorial development

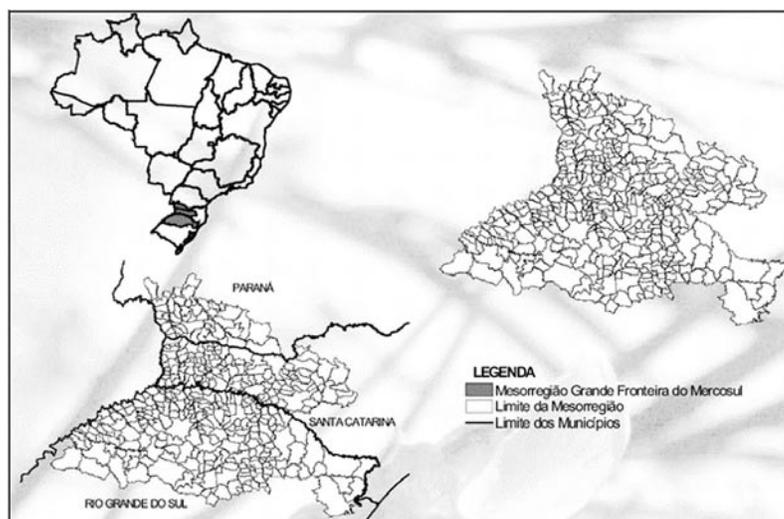
1. Introdução

As treze mesorregiões diferenciadas¹ existentes no Brasil são atendidas pelo Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais –PROMESO– da Secretaria de Programas Regionais do MI. O Programa incentiva a interface entre as diversas ações do governo nas mesorregiões que, segundo o Ministério, são regiões formadas por um ou mais estados que compartilham características comuns quanto à identidade histórica, cultural, social e política e caracterizadas por problemas sociais, institucionais e de dinamismo econômico comuns (Portal Mesorregião GFM).

A GFM compreende o norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná, como é apontado acima. O que caracterizaria a GFM enquanto mesorregião seria sua

identidade histórica forjada desde a chegada dos imigrantes à Região Sul. Um outro fator que determina a identidade mesorregional é a inserção nas bacias hidrográficas do rio Uruguai (municípios gaúchos e catarinenses) e do rio Paraná (municípios paranaenses), com semelhanças físicas e sócio-econômicas que reforçam sua identificação histórica e cultural (Portal Mesorregião GFM, 2007).

Figura 1.
Localização da mesorregião GFM



Fonte: Portal da mesorregião GFM, 2007.

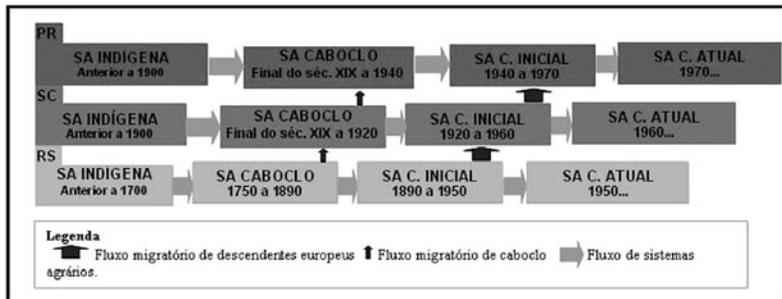
¹ São elas: Alto Solimões, Vale do Rio do Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe, Xingo, Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bacia do Itabapoana, Vale do Ribeira; Guaraqueçaba, Águas Emendadas, Metade Sul do Rio Grande do Sul, Seridó e Grande Fronteira do Mercosul.

Porém, neste momento é importante destacar duas importantes considerações. Embora as bacias dos rios Uruguai e Paraná sejam características comuns desta mesorregião, esta regionalização não abarca as bacias como um todo excluindo, portanto, áreas com características físicas semelhantes. Por outro lado, mesmo não englobando as bacias como um todo é uma região ampla e relativamente diversa quanto ao relevo e vegetação, havendo regiões com relevo fortemente ondulado, com vegetação original de florestas, principalmente a oeste, onde predominam pequenas propriedades. Ao sul há regiões relativamente planas, além dos campos de cima da serra no extremo leste, predominando médias e grandes propriedades desenvolvendo a criação extensiva de gado.

Além disso, a identidade histórica formada em torno da colonização dos descendentes de imigrantes europeus, que chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1824, colonizando a região do Vale dos Sinos e migrando posteriormente para a região em questão, está mais concentrada nas zonas de mata do noroeste do Rio Grande do Sul, oeste catarinense e sudoeste do Paraná e menos na porção mais a nordeste do RS e leste de SC, áreas inclusas na mesorregião.

Portanto, em virtude dessa ampla diversidade abarcada pela GFM, neste artigo irá abordar-se a porção mais a oeste da mesorregião, que possui uma identidade histórica mais forte em torno deste fluxo de colonização por descendentes europeus oriundos das colônias novas do RS, que migram para novas regiões na medida em que o sistema contemporâneo inicial entra em crise, como aponta a figura seguinte.

Figura 2.
Dinâmica do Sistemas Agrários (SA) do oeste da mesorregião GFM



Fonte: elaboração própria.

Contudo, os dados estatísticos serão correspondentes a mesorregião como um todo, pelo fato de não se dispor de informações específicas para o recorte a ser apresentado. Mesmo que haja essa divergência de recortes, estes dados dão uma idéia muito próxima à realidade da região.

Antes de entrar na caracterização dos sistemas agrários propriamente ditos, que se referem ao sistema agrário indígena, caboclo, contemporâneo inicial e contemporâneo atual, apresentar-se-á a seguir, alguns elementos teóricos considerados pertinentes nesta discussão.

2. Considerações acerca da abordagem dos sistemas agrários e do desenvolvimento territorial local/regional

Segundo Mazoyer e Roudart (1997, p.39-43) a teoria dos sistemas agrários caracteriza “um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de nos darmos conta, a traços largos, das transformações históricas e da diferenciação geográfica das agriculturas humanas (...) através da análise metódica da sua organização e de seu funcionamento. Entende-se assim, que a abordagem dos sistemas agrários pode em muito contribuir na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, principalmente em regiões onde a contribuição da agricultura –sobretudo da agricultura familiar– na economia é bastante significativa, como no caso da mesorregião GFM.

Por desenvolvimento territorial entende-se um processo desencadeado pelos atores locais/regionais, em interação com as demais escalas de poder e gestão (FISCHER, 2002; ACSELRAD, 2002), que visa reforçar as relações de poder sobre o território, de modo a atender as suas demandas e necessidades. Este processo se dá por meio de novos usos políticos e econômicos a partir das potencialidades locais/regionais.

Assim o desenvolvimento territorial se produz a partir do momento em que os atores, formando uma comunidade/sociedade, se reconhecem como tal e tem como referência primeira seu território, tornando-se mais ativos na intervenção e ação sobre seu território, com o intuito de promover seu desenvolvimento.

Para Boisier (1997) o desenvolvimento territorial consiste numa expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades. Refere-se a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inserido num marco configurado por sistemas econômi-

cos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão. Este baseia-se ainda em três objetivos: (1) o aperfeiçoamento do território entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (2) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território e, (3) o aperfeiçoamento de cada pessoa, que pertence a essa comunidade e que habita esse território. Assim, percebe-se que o desenvolvimento territorial não se restringe ao crescimento econômico e consiste na articulação dos atores na busca de atender também suas demandas sociais, potencializando tanto capitais tangíveis (aspectos econômicos do desenvolvimento) quanto intangíveis (capacidade coletiva para realizar ações em comum) (Dallabrida; Siedenberg; Fernández, 2004).

Como novamente apontam Mazoyer e Roudart (1997, p.13) “os projetos e as políticas de desenvolvimento agrícola devem, sem qualquer dúvida, responder às necessidades das populações (...), assegurar-se da sua adesão e suscitar a sua participação, sem a qual essas intervenções não serão eficazes”. Neste sentido, a abordagem sistêmica na agricultura permite identificar diferentes tipos de agricultores, compreender as diferentes práticas e o porquê de sua utilização, auxiliando as tomadas de decisões frente às estruturas e aos meios disponíveis (Ferreira, 2001).

A abordagem dos fenômenos a partir dos sistemas busca essencialmente enfrentar as limitações dos procedimentos analíticos da ciência (Wünsh, 1995). Este enfoque surgiu inicialmente entre as ciências naturais e aos poucos vai sendo introduzido nas ciências sociais, contribuindo na aproximação entre ambas. A partir disso, a visão sistêmica tem contribuído na compreensão da complexidade da realidade, reunindo diferentes áreas do conhecimento humano. Por sua vez, na agricultura, a visão de sistemas emergiu como uma forma de solucionar ou minimizar os problemas que o enfoque reducionista e disciplinar não estava resolvendo, o que é ampliado pela revolução verde (Pinheiro, 2000).

O estudo dos sistemas agrários permite um diagnóstico de uma realidade rural englobando a complexidade e diversidade que a caracterizam. Assim sendo,

os agroecossistemas constituem-se em um primeiro fator de complexidade, que representam potenciais ou que impõem limitações as atividades agrícolas. A forma como as sociedades utilizam o meio natural representa um esforço de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira o seu potencial ou vencer obstáculos. Este modo de utilização do espaço evoluiu ao longo da história em razão de fatos que se relacionam entre si, sejam eles ecológicos, técnicos ou econômicos (Ferreira, 2001, p.29).

Na agricultura familiar o enfoque sistêmico tem se tornado cada vez mais importante, principalmente devido as diversidade e complexidade presente neste tipo de agricultura. Nesse sentido, Wünsh (1995) reportando-se a Mazoyer (1985) afirma que o sistema

agrário deve ser empregado para caracterizar e avaliar as transformações que afetam em longo prazo os estabelecimentos agrícolas de uma região, para compreender as condições e conseqüências econômicas e culturais implicadas em suas evoluções e suas diferenciações. Conforme traz Kreutz, (2004), tomando por base a afirmação de Franco (2000), o enfoque sistêmico.

compreende o estudo dos padrões, das redes e dos sistemas complexos e tem se revelado que em sistemas aonde predominam fortes desigualdades sociais podem se desenvolver processos surpreendentes de amplificação de pequenos estímulos, através de laços de realimentação e reforço, aos quais podem aparecer instabilidades que levam a criação de novas formas de organização.

Neste sentido a visão sistêmica tem contribuído para compreensão da complexidade, das particularidades locais/regionais, tornando-se possível assim o desencadeamento de um processo de desenvolvimento territorial, potencializando as especificidades territoriais em regiões onde predomina a agricultura familiar. Regiões nas quais, não raro, há uma dificuldade de inserção e viabilização da agricultura familiar no mercado, extremamente competitivo, principalmente na medida em que esta se encontra estruturada na produção de monoculturas.

Vale destacar ainda, outra contribuição de Mazoyer e Roudart (1997, p.43) ao afirmarem que um sistema agrário não pode ser analisado independentemente das atividades inerentes que lhe fornecem meios de produção, nem da utilização que é feita dos seus produtos por meio das atividades a montante e pelos consumidores, nem dos outros sistemas agrários que concorrem para a satisfação das necessidades da sociedade. Isso é igualmente válido quando se pensa em políticas públicas e em ações de desenvolvimento territorial.

Neste aspecto, quando trata-se de políticas públicas, aplicadas a um espaço amplo e complexo como a mesorregião GFM, no qual a agricultura familiar tem papel importante, a abordagem dos sistemas agrários permite melhor compreender sua dinâmica interna bem como sua dinâmica externa, sua relação com as atividades a montante e jusante da propriedade. Pode-se assim, elencar potencialidades e debilidades da agricultura e ações para incrementá-las ou reduzi-las respectivamente, no intuito de promover um processo de desenvolvimento territorial, não restrito a um setor da economia.

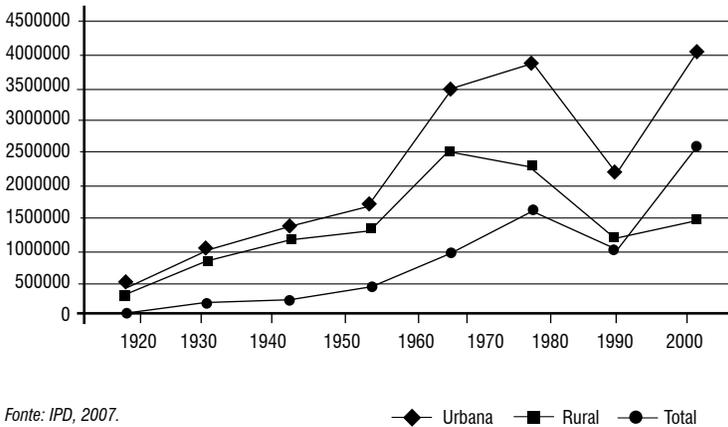
A seguir será apresentada uma breve caracterização geográfica da mesorregião para em seguida apresentar os sistemas agrários.

3. Caracterização geográfica da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

A mesorregião GFM é composta por 415 municípios, divididos em 7 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) no RS, abrangendo 238 municípios; 10 associações municipais em SC, reunindo 130 municípios e uma associação de municípios no PR- a ANSOP, formada por 47 municípios. Possui uma área total de 139 mil quilômetros quadrados e população de cerca de 4 milhões de habitantes (Portal Mesorregião GFM).

Uma característica importante da GFM diz respeito à população residente na zona urbana, que corresponde a 65 %, enquanto que ao nível nacional este número chega a 81 % (IBGE, 2000). Este já é um indicio da importância que o rural assume na mesorregião. A dinâmica da população pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1.
População total, urbana e rural da mesorregião GFM (1920-2000)

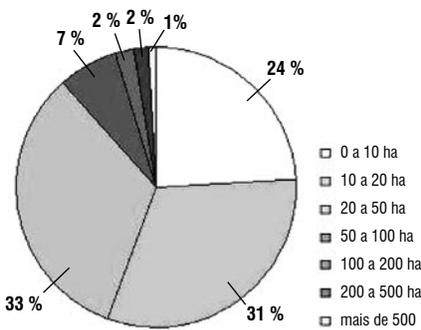


A mesorregião compreende um $\frac{1}{4}$ do território dos três estados do sul, $\frac{1}{4}$ de sua população e seu PIB representa apenas $\frac{1}{10}$ do PIB da região Sul; isso demanda ações que melhorem tal índice o que certamente tem implicações não apenas na área econômica, mas também, social, ambiental e cultural.

Quanto à distribuição fundiária, é destacado o predomínio de pequenas propriedades, como apontam os gráficos abaixo. Neles pode-se observar que as propriedades de 0 a 20 hectares aumentaram 10 % de 1960 a 1995.

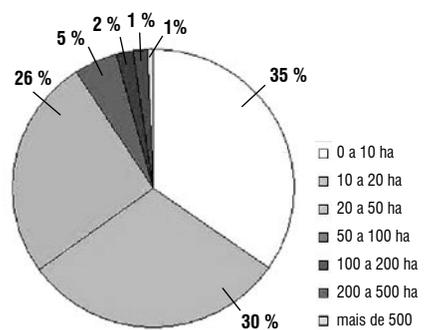
Além deste predomínio das pequenas propriedades, o Valor Adicionado Bruto (VAB) também demonstra a importância da agricultura na mesorregião, principalmente quando se estabelece uma comparação com dados nacionais. Enquanto que o VAB da agropecuária girava em torno de 29 % na mesorregião, ao nível nacional este representava apenas 9 % em 2002. Isso, portanto, pode representar a importância da agricultura, sobretudo a agricultura familiar na GFM, o que, por sua vez demanda políticas públicas voltadas a esta realidade.

Gráfico 2.
Estrutura fundiária da mesorregião GFM (1960)



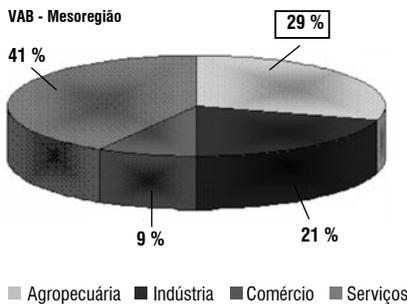
Fonte: IPD, 2007.

Gráfico 3.
Estrutura fundiária da mesorregião GFM (1995)



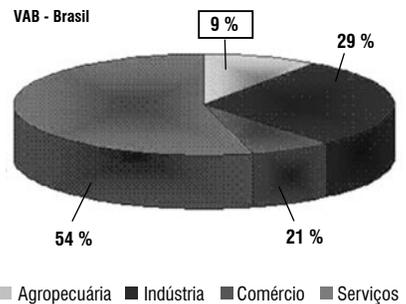
Fonte: IPD, 2007.

Gráfico 4.
VAB da m



Fonte: IPD, 2007.

Gráfico 5.
VAB do Brasil (2002)

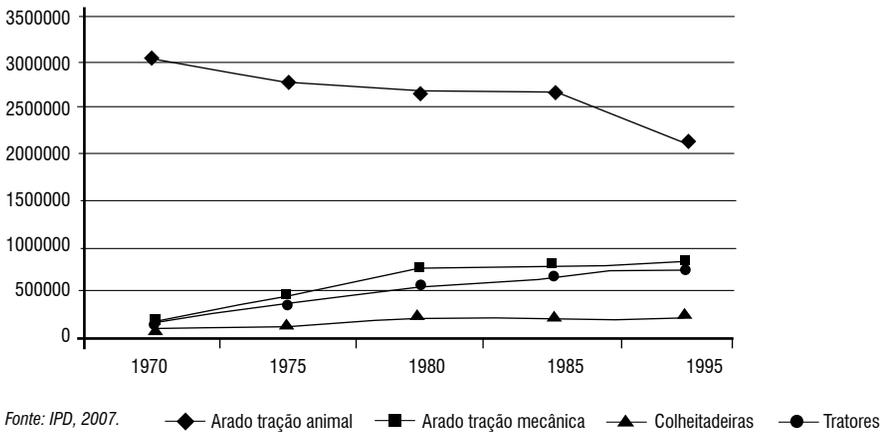


Fonte: IBGE, 2007.

Quanto às características físicas, a mesorregião localiza-se num espaço formado pelo planalto meridional, o qual apresenta formas geomorfológicas bastante heterogêneas. Suas cotas altimétricas variam de 300 metros a oeste em direção a bacia sedimentar do Paraná, chegando a 1.200 metros na escarpa da Serra Geral.

O relevo influencia a forma de exploração do espaço, interferindo no desenvolvimento de diferentes atividades agrícolas. Assim, as áreas planas favoreceram a mecanização favorecendo o binômio trigo/soja, ao contrário das regiões mais fortemente onduladas. Considerar essas diferenças geomorfológicas é essencial quando se trata de políticas públicas, principalmente voltadas à agricultura, a qual é diretamente influenciada por tais variações. O alto número de arados ainda utilizados, apesar da modernização da agricultura, é em parte reflexo da inadequação da motomecanização ao relevo em determinadas áreas, como aponta o gráfico ao lado. Claro que não se pode deixar de considerar a descapitalização dos pequenos agricultores e a dificuldade em adquirir equipamentos mais modernos como outro fator.

Gráfico 6.
Principais instrumentos de trabalho da mesorregião GFM (1970-1995)



O clima predominante na GFM é o temperado, considerado mesotérmico, cuja temperatura média anual varia entre 18 °C e 20 °C. Sua temperatura máxima absoluta é de 34 °C a 36 °C e mínima absoluta de 8 °C a 4 °C negativos. Possui uma média pluviométrica anual alta variando entre 1.500 mm e 1.750 mm sendo bem distribuídas ao longo do ano. Embora não havendo estações secas, nos últimos anos esta região vem passando por fortes estiagens, o que deve ser levado em consideração quando se trata de políticas públicas para a agricultura.

Quanto aos solos da mesorregião é possível afirmar que, em geral são solos relativamente férteis mas que demandam cuidados, principalmente na medida em que a declividade do relevo se acentua, o que é um fator que facilita a erosão. Os principais tipos de solo são:

- nitossolos vermelhos: geralmente com declividade mais acentuada e localizados em áreas ribeirinhas;
- latossolos brunos distróficos: com menor quantidade de nutrientes que latossolo vermelho e localizados em áreas muito declivosas;
- cambissolos háplicos: possui algumas restrições ao uso agrícola, solos fracos e propensos a erosão;
- latossolos vermelhos: solos bastante férteis e com boa drenagem, muito adequado para a agricultura, geralmente localizado em áreas planas, o que facilita a mecanização.

A vegetação predominante é a floresta, dividida em floresta tropical caducifólia, subcaducifólia e floresta de araucária. A área de floresta foi destinada a colonização sendo também a preferida dos imigrantes, pois lhes era sinônimo de solos bastante férteis. Já a região de estepes gramíneo-lenhosa, ou campos sujos, foi ocupada principalmente por descendentes luso-brasileiros, desenvolvendo atividades de pecuária extensiva em propriedades relativamente maiores do que as da região das matas. Atualmente, com a disseminação da cultura da soja, aliada ao desmatamento, é difícil distinguir-se visualmente os limites destes biomas.

4. Dinâmica e evolução dos sistemas agrários na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

A seguir, é apresentada a dinâmica e evolução dos sistemas agrários na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Parte-se do sistema agrário indígena passando pelo caboclo, em seguida pelo contemporâneo inicial ou de colonização e por fim o contemporâneo atual, ou de motomecanização.

Estas etapas históricas a seguir relacionadas são constituídas a partir de dados de autores, que tratam da temática dos sistemas agrários e ou da história das regiões, que fazem parte do presente trabalho. As fases são mensuradas a partir de datas. No entanto, acontecimentos ou fatos estão sempre inter-relacionados, ou seja, para que uma nova fase ocorra (neste caso denominamos de sistema agrário) é necessário que tenha havido uma crise no sistema anterior; porém, no início de uma nova fase sempre há resquícios do anterior, ou seja, a mudança é gradual.

4.1. Sistema agrário indígena (kaingangs e guaranis)

O sistema agrário indígena na mesorregião basicamente estruturou-se nas tribos guaranis e kaingangs. No norte do Rio Grande do Sul foi anterior a 1750. Já no oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná estendeu-se até por volta de 1900.

Os indígenas, historicamente, se estabeleciam nas áreas de floresta, que lhes forneciam todos os meios necessários a seu desenvolvimento. Espalham-se, portanto, por toda extensão das matas de araucária e floresta estacional. Assim, desenvolveram a caça de mamíferos, dos quais se pode destacar a anta, o veado, o cateto, a queixada, o quati, e aves como o jacu, uru, papagaio, nambu, macuco. Realizavam ainda, atividades de coleta de pinhão, mel, jabuticaba, guamirim, pitanga, butiá, ariticum, araçá, larvas de insetos/coros, bem como a erva-mate que, posteriormente, a partir do sistema agrário caboclo adquire maior importância econômica.

A agricultura, principalmente entre os guaranis, possuía um papel apenas complementar à alimentação. Produzia-se principalmente o feijão, mandioca, batata-doce, morangas, algodão, purungo, fumo e o milho, tido como sagrado pelos guaranis. Predominava, portanto, um sistema de cultivo de queimada, no qual eram preservadas as árvores maiores, principalmente em razão da dificuldade de sua derrubada.

O modo de acesso fundiário era coletivo, no entanto, a propriedade das áreas de cultivo era do cacique das tribos. A este cabia a tarefa de distribuir as terras e a produção destinada ao consumo das famílias.

A atividade pecuária destaca-se entre os guaranis com a formação das reduções jesuíticas (RS). Os padres jesuítas espanhóis da Companhia de Jesus entraram em território gaúcho, mais precisamente na região noroeste do RS, em 1626, buscando a primeira tentativa de fundação das reduções jesuíticas das missões.

O objetivo dos jesuítas era de catequizar os índios e realizar o controle da cultura, bem como utilizá-los de mão-de-obra na construção das reduções. Estas, em menos de 10 anos foram destruídas por bandeirantes paulistas, que passavam pela região e levavam os índios para escravizá-los.

Neste período, os jesuítas juntamente com os guaranis introduziram algumas cabeças de gado (bovino, cavalar, muar e ovino), que se reproduziram rapidamente devido às boas condições das pastagens naturais na região e do relevo pouco acidentado.

Os instrumentos de trabalho neste sistema baseavam no arco e flecha, a qual possuía pontas de madeira ou de ossos de animais, bem como a paris, que caracteriza uma armadilha de taquara utilizada para a pesca. Possuíam

ainda diferentes armadilhas para a caça bem como o machado de pedra.

A força de trabalho no sistema agrário indígena era livre, com divisão de tarefas baseadas na idade e no sexo, ou seja, entre homens, mulheres, jovens e idosos. Aos homens cabiam os trabalhos mais pesados, como a derrubada das árvores e queimada, o preparo do solo para o plantio e a produção de armas. Às mulheres cabiam os cuidados da lavoura e a colheita bem como os trabalhos domésticos e a produção de vasilhames e tecelagem. As crianças/adolescentes restavam os trabalhos de cuidar dos irmãos menores e recolhimento de lenha. Aos idosos, principalmente homens, cabia o trabalho intelectual ligado às crenças e às práticas rituais, cerimoniais, produção de artefatos (máscaras, instrumentos musicais) e alimentos específicos (bebidas, remédios) (D'Angelis; Veiga, 2001).

A crise deste sistema iniciou devido ao interesse econômico dos portugueses e espanhóis pelas áreas onde se localizavam as reduções. Posteriormente, com a extinção das Missões,

a conquista do território, disputado com a Espanha, e a possibilidade econômica que representava o gado existente no Rio Grande do Sul, nas antigas estâncias jesuíticas (uma vez extintas as missões) fizeram com que D. João VI ordenasse a guerra aberta contra os Kaingang e Xokleng. Essa guerra tinha por finalidade conquistar suas terras, de modo especial seus campos naturais que seriam, então, transformados em invernadas para o descanso do gado vindo do Rio Grande do Sul com destino à feira de Sorocaba, em São Paulo (D'Angelis; Veiga, 2001).

Além disso, na medida em que aumentam os contatos entre indígenas e os portugueses, espanhóis e posteriormente os colonos, os primeiros passam a adquirir ferramentas e outros produtos manufaturados, dos quais se tornam dependentes. Além disso, não raro, há uma apropriação das terras indígenas, bem como utilização de mão-de-obra escrava ou semi-escrava, principalmente nas estâncias localizadas nas áreas de campo. Nos estados de Santa Catarina e do Paraná, o *boom* madeireiro do pós-guerra e a exploração das matas de pinhais foram outros motivos de expropriação dos índios na década de 1940.

4.2. Sistema agrário caboclo

O sistema agrário caboclo ocorreu em torno dos anos de 1750 a 1890 no norte do Rio Grande do Sul e se estendeu do final do séc. XIX até 1920 no este de Santa Catarina e até por volta de 1940 no sudoeste paranaense. Este sistema possui algumas características muito semelhantes ao indígena, pois “da mesma forma que para as sociedades indígenas, a base material da

economia cabocla reside na relação que uma população numericamente pouco expressiva estabelece com a mata virgem. As fontes de seu abastecimento alimentar, assim como as técnicas de sua produção explicam-se fundamentalmente por esta relação” (Abramovay, 1981).

Essa semelhança pode estar relacionada à própria origem dos caboclos. Há muitas divergências sobre sua origem, mas sua formação está muito próxima à miscigenação entre brancos e indígenas. De acordo com Silva Neto e Frantz, numa tentativa genérica de definir sua origem poder-se-ia dizer que se trata de descendentes: 1) de bandeirantes e tropeiros paulistas que, em suas sucessivas incursões, se ligaram a mulheres índias; 2) de colonos açorianos que, por razões diversas, perderam suas terras ficando à mercê de atividades agrícolas em terras devolutas ou nas estâncias; 3) de estancieiros com mulheres escravas, ocupando-se da agricultura de subsistência nas terras do senhor; 4) de encontros fortuitos e quase sempre violentos entre militares com população civil durante os conflitos pelo controle da região; 5) de índios sobreviventes e aculturados... (2005, p. 52).

Vale destacar, conforme traz Abramovay (1981), que os caboclos do sudoeste paranaense tiveram basicamente três origens: (1) dos antigos “agregados” de fazendas de gado dos Campos de Palmas, mão-de-obra não absorvida nas fazendas; (2) aqueles provenientes do norte rio-grandense que foram afastados pela imigração de descendentes europeus a partir de 1890 e, (3) a Guerra do Contestado que, a partir da expulsão dos caboclos do oeste de Santa Catarina, forneceu ao Alto Iguaçu boa parte de sua população cabocla. Por fim, vale ressaltar que a construção das estradas de ferro que passaram pela região em questão, também teve sua contribuição para a formação do povo caboclo. Os trabalhadores que atuaram na construção das estradas de ferro, que eram trazidos pelas companhias do sudoeste do país, após o término das obras eram abandonados na região, os quais, em grande parte, passaram a habitar as matas e a também ser denominados de caboclos.

As unidades de paisagem entre o sistema indígena e caboclo, não mudam muito. Da mesma forma como no primeiro, o caboclo vive da caça, (cateto, veado) da pesca e da coleta de frutos. Ao lado destas atividades, desenvolve pequenas roças de subsistência, dentro de um sistema de queimada ou de rotação de terras, cultivando milho, feijão, amendoim, arroz, abóbora e principalmente a mandioca:

com o sistema de pousio florestal, uma família que produz e consome sobretudo tubérculos, só precisa de uma pequena superfície para assegurar sua alimentação de base. (...) Um acre plantado com inhame pode alimentar uma família de cinco pessoas durante um ano, enquanto que o produto de um acre de cereais (...) é geralmente insuficiente para permitir a sua subsistência de duas pessoas durante o mesmo tempo (...). A mandioca em suma tem a

vantagem de fornecer mais calorias por hectare embora seja menos protéica que os cereais... (Abramovay, 1981).

Junto aos cultivos, destaca-se a criação de alguns animais soltos como porcos, galinhas, cavalos e bovinos, que se alimentavam basicamente dos frutos das matas. Porém, é interessante destacar que alguns caboclos engordavam porcos visando sua comercialização:

O “safrista”, criador de porcos, abria uma clareira na floresta e nela cultivava milho, cercado a plantação. Quando o produto estava maduro, os animais eram soltos no interior da roça. Prontos para a venda eram levados a pé a frigoríficos que se encontravam muito distantes, em Jaguariaíva, Ponta Grossa ou União da Vitória (Abramovay, 1981).

Por sua vez, os instrumentos de produção baseavam-se principalmente na foice, no machado, no chuçó, ou seja, uma cavadeira de madeira utilizada para o cultivo sobre as cinzas e em menor proporção a enxada, arados rudimentares e o saraquá.

Na medida em que predominavam atividades de subsistência no sistema agrário caboclo predominavam também as trocas não monetarizadas². Ou seja, os caboclos trocavam seus excedentes (erva-mate, peles de animais e raramente produtos agrícolas) por produtos de difícil produção na propriedade, como açúcar, sal, tecidos, ferragens, bebidas, em bodegas ou bolichos.

A erva-mate pode ser considerada um dos principais excedentes agrícolas do sistema caboclo, sendo que

era para a Argentina que se tropeavam pequenas tropas de gado e mulas carregadas de erva mate, para comercializar quando faltavam gêneros de primeira necessidade. (...) O Estado do Paraná, desde a metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, tem na erva mate o sustentáculo de sua economia (Bavaresco, 2007).

O fato de os caboclos possuírem a posse efetiva da terra, mas não sua posse legal, possibilitou que estes fossem facilmente expulsos em virtude dos projetos oficiais de colonização no espaço em questão. Um fato histórico que merece destaque é a criação da Lei das Terras, em 1850, que legitima a posse da terra para aqueles nela estavam, desde que reconhecida por uma autoridade competente da província local. Definia ainda que a única forma de acesso a terra no país seria por meio de sua compra. A Lei das Terras serve de respaldo para a expulsão dos caboclos que não obtinham a legalização da posse de suas terras. Como ressalta Abramovay (1981),

² O que não quer dizer que inexistiam trocas monetarizadas, o que era mais expressivo com a extração da erva-mate, vendida, em parte considerável, para a Argentina.

não era enquanto proprietário – ou enquanto aspirante a tal condição– que o caboclo enfrentava esta mata virgem. Ele –diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam– se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela plantava. A terra só lhe servia como objeto de seu trabalho. Separada deste trabalho, ela não tinha valor algum. A propriedade (real ou virtual) não era a premissa para a produção.

Assim, pode-se afirmar que os projetos oficiais de colonização foram os principais fatores de crise do sistema ora em questão, seja a partir de empresas colonizadoras privadas, ou mesmo através da construção das estradas de ferro. Enfim, milhares foram os caboclos expulsos das zonas onde se processava a colonização e um bom exemplo é fornecido pelo vale do rio Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas. A política oficial de colonização repudiava a posse e privilegiava as formas de apropriação da terra sob cuja base pode erguer-se relações econômicas de caráter mercantil (Abramovay, 1981).

4.3. Sistema agrário contemporâneo inicial

O sistema agrário contemporâneo inicial, pautado pela colonização por descendentes europeus representa uma ruptura na dinâmica e evolução dos sistemas agrários na mesorregião. A partir da colonização, uma nova lógica de exploração da terra se instaura no recorte em questão. Como ressalta Abramovay (1981) “a transição do mundo caboclo para aquele instituído pelos colonos de origem européia não se reduz à implantação do regime de apropriação da terra pela propriedade familiar. É todo um modo de vida novo que se instaura” que, embora seja um sistema de subsistência nos primeiros anos da colonização, em seguida aponta para relações mais próximas com o mercado.

O sistema agrário contemporâneo inicial, ou de colonização da mesorregião, tem suas origens históricas datando de 1824, com a chegada ao Rio Grande do Sul dos primeiros imigrantes europeus vindos da Alemanha, seguidos posteriormente de italianos e poloneses, com apoio do governo imperial brasileiro.

Inicialmente estes colonos recebem lotes de 77 hectares na região do Vale do rio dos Sinos e depois avançam para o Vale do Taquari. Sua agricultura era baseada na produção de subsistência, além de visar ainda o atendimento da demanda do mercado consumidor que aumentava na região de Porto Alegre.

Passou-se a utilizar uma agricultura intensiva com pequenos intervalos de pousio em função do pequeno tamanho da área, levando ao rápido esgotamento da fertilidade do solo.

O processo sucessório das famílias leva ao fracionamento das pequenas propriedades destes colonos. A queda na fertilidade de solo, através da intensificação de seu uso, com períodos de pousio cada vez mais curtos, são fatores que fazem a nova geração de agricultores buscar novas terras no noroeste do Rio Grande do Sul. Esta realidade se repete no noroeste, gerando um fluxo migratório para o oeste catarinense, e deste, pelos mesmos motivos, para o sudoeste paranaense, como aponta a figura ao lado.

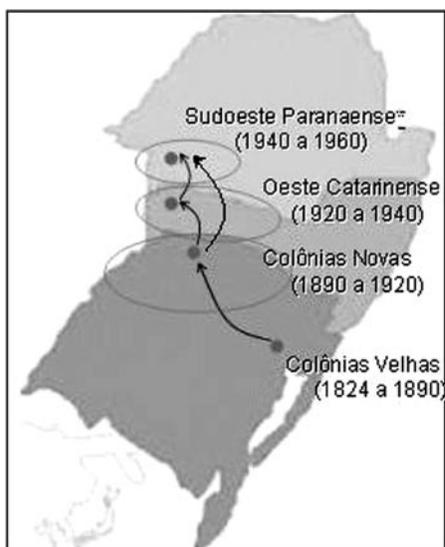


Figura 3.
Movimentos migratórios de colonização da mesorregião GFM

Fonte: elaboração própria.

Pode-se dizer que o sistema contemporâneo inicial desenvolveu-se no norte gaúcho de 1890 a 1950, perdurando por 60 anos. Já no oeste catarinense perpassa os anos de 1920 a 1960, permanecendo por 40 anos e no sudoeste paranaense, de 1940 a 1970, resistindo por 30 anos. Assim sendo, a criação da colônia Ijuhy no RS, em 1890, marca o início da colonização da porção oeste da região sul do Brasil.

É neste período que a paisagem natural começa a sofrer alterações mais significativas. As empresas construtoras de estradas de ferro, em pagamento recebiam consideráveis extensões de terras para posterior colonização. Porém, antes de as co-

mercilizarem em lotes, extraíam grande parte das madeiras nobres destas áreas, o que recebeu forte influência do *boom* madeiro do pós-guerra na década de 1940. Por outro lado, como os lotes adquiridos pelos colonos variavam de 20 ha a 25 ha nessa região, o sistema de queimada rapidamente entrava em crise, necessitando-se intensificar o uso da terra, reduzindo o pousio e incorporando novas áreas para a lavoura. Isso contribuiu para uma redução da área de floresta na região.

Vale ressaltar ainda que a partir da Lei das Terras de 1850, os colonos, em geral, são obrigados a pagar pelos seus lotes. No entanto, o sudoeste do Paraná ainda foi colo-nizado via doação de terras, pela Companhia Agrícola General Osório (CANGO) a partir de 1943.

Como mencionado acima, os colonos inicialmente desenvolviam um sistema de queimada que rapidamente entra em crise. A este se sucedeu um sistema de cultivo de pousio de curta duração e com preparo superficial do solo. Posteriormente pode-se destacar a passagem deste sistema de rotação de terras para a rotação de culturas, com o uso de cultivos de inverno como forma de adubação e recuperação da fertilidade do solo. Neste período passa-se a utilização do esterco, o que anteriormente não era possível devido aos pequenos rebanhos bovinos e suínos.

Pode-se dizer que duas características predominam neste sistema e o distinguem do seguinte, quais sejam, a policultura e o uso de equipamentos manuais e posteriormente mecanizados com tração animal. Neste sentido, são cultivadas aquelas culturas necessárias à subsistência da família e também à alimentação das pequenas criações animais. É possível ressaltar, portanto, os cultivos de milho, feijão, arroz, batata, mandioca, abóbora, cana-de-açúcar e alfafa. A pecuária também era diversificada. Quando os colonos chegavam às novas colônias possuíam algumas aves, uma junta de bois, uma vaca leiteira e um pequeno rebanho de porcos, rebanho que com o tempo ia sendo incrementado.

Quanto aos instrumentos de trabalho, inicialmente estes eram manuais podendo-se enfatizar o machado, a cavadeira, a enxada, a plantadeira manual, o manguá e a carroça. Com a passagem do sistema de queimada para o de pousio de curta duração passam a ser utilizados também o arado pula-toco, o arado e a grade puxados por cavalo.

Neste sistema, inicialmente, as relações de troca ainda se dão sob base não-monetarizada, mas logo se tornam mais expressivas as trocas monetarizadas, principalmente entre colonos e os pequenos comerciantes (bolicheiros/vendistas), em geral, localizadas nas vilas ou pequenos núcleos coloniais, junto a uma escola e igreja. O comerciante passou a ser o centro dos negócios, muitas vezes, fazendo papel de agente financeiro, ao emprestar dinheiro para os colonos (Bavaresco, 2007).

Os produtos voltados mais especificamente ao mercado foram, primeiramente, a madeira, principalmente as madeiras nobres e posteriormente a banha. A diferença destes dois produtos para os demais produtos coloniais comercializados é que os primeiros eram produzidos mais especificamente para o mercado, enquanto os se-

gundos eram inicialmente voltados ao auto-consumo, sendo comercializados na medida em que houvesse excedente.

Assim, os colonos trocavam seus produtos/excedentes nas vendas por produtos de necessidade básica, tais como sal, querosene, tecidos, ferramentas e medicamentos. Na medida em que a agricultura ia se desenvolvendo, os excedentes aumentavam, e conseqüentemente aumentavam as trocas monetarizadas. A chegada das estradas de ferro às colônias³ representou um incremento no comércio entre colônias e centros urbanos maiores, colocando fim ao isolamento das primeiras.

Os fatores de transição deste sistema estão relacionados em grande medida à perda de fertilidade do solo devido à intensificação de seu uso. Aliado a isso, o aumento populacional e a pequena extensão das propriedades leva a busca por novas fronteiras agrícolas. A revolução verde, frente a essa realidade, acaba solucionando os estrangulamentos deste sistema. Embora tenha gerado problemas ambientais, que ainda hoje demandam por soluções, além da exclusão dos menos capitalizados, naquele momento a revolução verde correspondia à melhor solução a baixa fertilidade dos solos. A Operação Tatu, programa desenvolvido no município de Santa Rosa (RS) na segunda metade da década de 1960 pode ser um bom exemplo disso:

Sendo o esgotamento dos solos uma das causas da diminuição da produtividade do milho, elaborou-se um programa de recuperação dos mesmos mediante o uso generalizado de calcário e fertilizantes. Esse programa foi coordenado pela Prefeitura e pela Associação Rural de Santa Rosa, ASCAR, UFRGS, Secretaria Estadual da Agricultura e Ministério da Agricultura. Cabe lembrar que neste momento estava em desenvolvimento um convênio entre a UFRGS e a United States Agency for International Development (USAID) com a participação da Universidade de Wisconsin, que permitiu o aporte tecnológico para a operacionalização do programa de recuperação dos solos (IPD, 2003).

Além disso, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965, incentivando inicialmente o cultivo de trigo e posteriormente, também da soja, foi outro fator que influenciou a passagem para o sistema agrícola seguinte: o contemporâneo atual.

³ A estrada de ferro corta o sudoeste paranaense e oeste catarinense por volta de 1910. No RS, chega em Cruz Alta em 1894, em Santo Angelo em 1914 e em Santa Rosa em 1937.

4.4. Sistema agrário contemporâneo atual

O sistema agrário contemporâneo atual é caracterização pela motomecanização (tratores, arados, pulverizadores, plantadeiras, colheitadeiras), pelo predomínio de monoculturas especializadas e pelo uso intensivo de insumos agropecuários (fertilizantes, defensivos químicos, seleção das espécies animais e vegetais e mais recentemente as sementes transgênicas) predominando, assim, o sistema de cultivo motomecanizado. Este tem início a partir de 1950 no noroeste rio-grandense, 1960 no oeste de Santa Catarina e 1970 no sudoeste do Paraná, estendendo-se até os dias atuais.

A partir dos anos 50 há um avanço do capitalismo no Brasil, com a política de substituição das importações e o incentivo às indústrias de base, e neste processo a agricultura passa a ter um papel fundamental. A busca do crescimento econômico gerava uma necessidade de alterações profundas no setor agrícola, para que este pudesse dar conta das tarefas que lhe eram reservadas diante do processo de desenvolvimento do país: fornecer alimentos e matérias-primas ao mercado urbano industrial, além de consumir produtos acabados gerados pela indústria (Gonçalves Neto, 1995), principalmente máquinas, implementos, fertilizantes e agrotóxicos. Ao mesmo tempo em que a modernização da agricultura atendia ao desenvolvimento industrial do país era, também, uma resposta à crise que o sistema agrário enfrentava dando soluções a baixa fertilidade dos solos, o que era agravado pela divisão das propriedades em função da herança.

A modernização da agricultura fazia parte do projeto de internacionalização do capitalismo monopolista ditado pelos EUA, o qual objetivava introduzir o capital industrial e financeiro na agricultura. Segundo Brum (1988, p.44) caracterizava um programa

...que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização”.

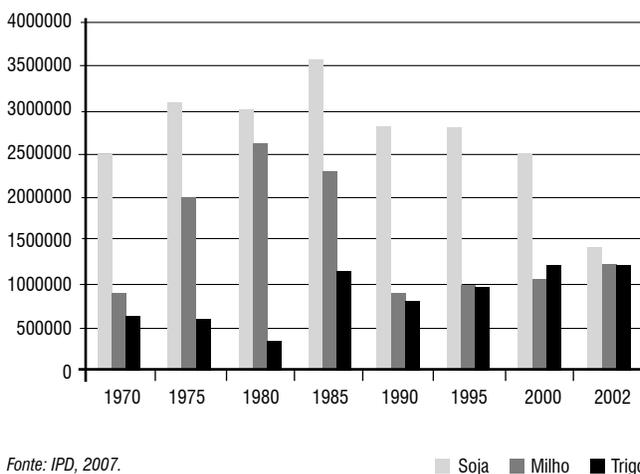
Apesar dos resultados negativos em longo prazo, principalmente para os pequenos agricultores e menos capitalizados, como mencionado, em curto prazo, a modernização atendeu às demandas do sistema agrícola que en-

trava em crise. Enfim, os processos de industrialização nacional e de modernização da agricultura acabaram tendo papel complementar, um dando suporte ao outro. Quanto à agricultura, as políticas de crédito e extensão rural foram essenciais para a difusão das técnicas, equipamentos e insumos modernos, reconfigurando o sistema agrário desenvolvido naquele momento. Vale ressaltar que, nesse período, “o Estado brasileiro buscou, no cooperativismo, um dos pilares para viabilizar suas políticas econômicas para a agricultura do país” (Siqueira; Mielitz Netto, 2001, p.78), criando-se assim as cooperativas tritícolas a partir de políticas oficiais e créditos subsidiados.

Dessa forma, a partir da revolução verde, o novo sistema agrário que se configura é caracterizado pela passagem da policultura para a monocultura, predominando o binômio trigo-soja. Embora ainda se observe certa diversificação na maioria das pequenas propriedades rurais, nelas há o predomínio de uma atividade principal e gerar renda, destacando-se neste sentido o cultivo da soja.

A consorciação de culturas, que era uma prática comum, quando persiste é praticada apenas nas pequenas propriedades onde o relevo fortemente ondulado não permite a motomecanização. Atualmente pode-se afirmar que os principais cultivos são a soja, seguida do milho e do trigo, apontadas no gráfico a seguir.

Gráfico 7.
Principais cultivos da mesorregião GFM (1970-2002)



Fonte: IPD, 2007.

Por outro lado, embora menos disseminadas, destacam-se culturas como o fumo, arroz, feijão, frutíferas, entre elas a maçã, bem como a cana-de-açúcar, culturas estas que vem sendo cada vez mais adotadas em razão da inviabilidade econômica da monocultura da soja em pequenas propriedades. Além disso, não raro estas pequenas propriedades não são mecanizáveis em toda sua extensão, pelo relevo fortemente ondulado, como já mencionado acima. Segundo Brum (2002, p.142),

a soja continua sendo o motor econômico regional, porém, não permite a sobre-vivência das pequenas e médias propriedades rurais quando vista isoladamente. Os altos custos de produção, a estagnação na baixa dos preços internacionais da oleaginosa e a incapacidade destes produtores em assimilarem novas técnicas de comercialização, os obrigam a modificarem seu sistema de produção.

A pecuária, por outro lado, também é expressiva na mesorregião. Destaca-se a criação de suínos e aves num sistema de integração com a agroindústria, muito expressivo no oeste catarinense, sendo que este é um dos maiores estados produtores de suínos do país. Neste sistema, os produtores recebem insumos, assistência técnica, medicamentos e vacinas das empresas com as quais estão integrados. A empresa se encarrega de adquirir a produção de suínos ou aves, quando então, desconta os produtos fornecidos ao produtor. Assim, aquelas relações tradicionais mantidas com os comerciantes locais, até mesmo a produção para a auto-suficiência é substituída por relações entre o capital industrial e bancário (Bavaresco, 2007). Esta pode ser considerada outra característica deste sistema agrário: a passagem do complexo agrocomercial para o agroindustrial. Enquanto que no sistema anterior o colono dependia do comerciante até mesmo para empréstimos, relações basicamente pautadas pela confiança, no sistema atual essa dependência passa a ser com a indústria e com o sistema bancário (Bavaresco, 2007 e Goularti Filho, 2007).

Por sua vez, vale ressaltar que nos últimos anos o sistema de integração também vem apontando problemas de viabilidade para os agricultores:

A maioria dos produtores de suínos está vinculada aos grandes complexos agroindustriais da região sob a forma de parcerias diversas. Objetivando incrementar o nível de competitividade, as agroindústrias buscam, inclusive, a economia de escala. Tal política reflete-se na desativação de algumas instalações e ampliação de outras: a tendência é a redução do número de pequenos e médios produtores e o aumento na produção das grandes propriedades (Bavaresco, 2007).

As exigências das empresas integradoras fazem com que grande parte dos produtores desviem sua produção para outros ramos. Neste sentido, a bovinocultura de leite tem demonstrado um significativo aumento na mesorregião como um todo.

Observa-se a organização de cooperativas em torno da produção leiteira, bem como a instalação de grandes indústrias de laticínios. O poder das indústrias de laticínios sobre a formação do preço do leite tem levado os agricultores a formarem associações e cooperativas, organizando a produção e aumentando seu poder de barganha para com as empresas compradoras.

A produção leiteira, em geral, se dá de forma mecanizada, até em função das normas de higiene e qualidade. Para tanto, utiliza-se de ordenhadeiras mecânicas, resfriadores de leite, sendo que o sistema de expansão direta vem se disseminando. Além do mais, a inseminação artificial também é uma prática muito utilizada visando o aumento da produtividade.

No relativo às categorias sociais, é possível ressaltar que, enquanto no sistema anterior baseavam-se nas companhias colonizadoras, nos colonos, nos pequenos comerciantes e nos caboclos em exclusão, atualmente referem-se aos agricultores familiares, as empresas agroindustriais, as cooperativas empresariais e familiares além das agroindústrias familiares e dos bancos comerciais e cooperativos, estes últimos, mais recentes.

Quanto aos excedentes agrícolas, o principal refere-se à soja, seguido do milho, trigo, leite, aves/suínos, sendo expressivo em determinadas áreas, o fumo, feijão, maçã e erva mate. Já o acesso fundiário, neste sistema se dá sob três formas: compra de lotes, partilha por herança ou, ainda, através do Plano Nacional de Crédito Fundiário. O acesso a terra, via esta política pública, tem incentivado a permanência e em alguns casos, o retorno de jovens ao espaço rural desta região, caracterizando um incentivo à agricultura familiar.

No entanto, o desenvolvimento deste sistema agrário tem gerado problemas que ainda demandam soluções. Primeiramente pode-se citar a erosão do solo, devido ao grande desmatamento e expansão das áreas de lavouras a partir da motomecanização, problema que tem sido amenizado pela utilização da técnica do plantio direto. No entanto, este tem gerado outro impacto, resultante do aumento de uso de agrotóxicos na eliminação das ervas-daninhas. Outro problema ambiental refere-se a poluição “gerada pelo lançamento indiscriminado de resíduos de suínos e aves ao meio ambiente, ocasionando sérios problemas de poluição das águas...” (Bavaresco, 2007).

Além dos problemas ambientais há ainda um fator exógeno, qual seja, o neoliberalismo e a globalização que, além de economias de escala, exigem competitividade, produtividade, qualidade, flexibilidade, variedade, reação às variações dos mercados, capacidade de modificação de produtos e processos e capacidade de inovação (Breitbach, 2001). Isso se torna um obstáculo aos pequenos agricultores, muitas vezes descapitalizados, principalmente na medida em que estas pequenas estruturas se baseiam em monoculturas, competindo com o agronegócio. Tal realidade tem levado a fenômenos como o êxodo rural, a masculinização e envelhecimento da população rural.

É diante deste contexto que as discussões em torno da diversificação produtiva e

da pluriatividade vem ganhando destaque enquanto alternativas de desenvolvimento para a agricultura familiar. Segundo Menasche (1996), a pequena propriedade familiar, por suas características de tamanho, de área, pela disponibilidade de mão-de-obra e por sua natural vocação não pode ter como atividade principal a prática da monocultura, mas sim a diversificação orientada e projetada para prover a subsistência familiar, aproveitando assim o máximo da unidade produtiva. É esse valor atribuído a diversificação que incentiva a produção e comercialização de produtos coloniais, atribuindo valor ao saber-fazer local.

Assim, recentemente, observa-se na mesorregião a disseminação de experiências que incentivam a diversificação produtiva, não raro, através da produção orgânica e agroecológica. Destaca-se neste sentido, a produção e comercialização de hortifrutigranjeiros, cereais (feijão, arroz integral, pipoca, amendoim...) além de produtos agroindustrializados como erva-mate, derivados de cana (melado, cachaça, licores, rapadura, açúcar mascavo...), embutidos (banha, queijos, salame) bolachas caseiras, massas, não podendo-se deixar de citar o turismo rural, o que gera ainda uma pluriatividade nas pequenas propriedades rurais.

Nesse sentido, Schneider (1999, p.187) reportando-se a Pfeffer, afirma que na agricultura familiar a pluriatividade permite a ampliação das rendas e o bem-estar da família. Por sua vez a pluriatividade é entendida como uma diversidade, uma relativa pluralidade de fontes de entrada de dinheiro advindas tanto de atividades propriamente agrícolas (policultura, criação de animais) como também atividades não agrícolas (Almeida, 1999).

Este processo de diversificação e de pluriatividade da agricultura familiar, ainda difícil de ser mensurado em números, parece ser um reflexo da readequação das pequenas propriedades rurais ao sistema agrário atual e também aos obstáculos gerados pela globalização e pelo neoliberalismo. Vale ressaltar que a globalização é um processo paradoxal. Se por um lado tende a homogeneização ou uniformização, por outro, valoriza o diferencial, o inovador. Em função disso, a manutenção da diferença, da inovação, não é só conciliável com os processos de globalização como deles faz parte integrante (Ferrão, 2002).

Assim sendo, entende-se que, quando se pensa em processos de desenvolvimento territorial em regiões onde predomina a agricultura familiar, é importante que as atividades de diversificação e pluriatividade se pautem sobre as potencialidades ou especificidades locais/regionais. Na medida em que se desenvolve aquilo que é próprio de cada região ou território, a agricultura familiar deixa de competir com o agronegócio e grandes empreendimentos. Segundo Méndez (2002), todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais...) que constitui seu potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos, de forma eficaz e inovadora. A partir disso, um processo de desenvolvimento, não restrito ao crescimento econômico mas incluindo o atendimento das demandas e necessidades locais/regionais torna-se possível.

5. Considerações finais

Pelo que foi mencionado até aqui, pode-se tecer dois tipos de considerações. Um referente à dinâmica e evolução dos sistemas agrários acima apresentados e outro referente ao recorte da mesorregião GFM.

Quanto aos sistemas agrários, pelas informações levantadas, pode-se observar uma considerável dinâmica de readequação das pequenas propriedades familiares ao sistema agrário vigente, baseado na tecnificação, na motomecanização, enfim, na modernização das atividades.

Na medida em que as monoculturas apresentam problemas de viabilidade nas pequenas propriedades, vem-se desenvolvendo atividades mais adequadas à extensão e à mão-de-obra das mesmas. Há um incentivo à diversificação produtiva, à produção de produtos coloniais, orgânicos e agroecológicos, buscando-se destacar o saber-fazer local como um diferencial. Além disso, a pluriatividade, através da formação de agroindústrias familiares, atividades de artesanato bem como empreendimentos turísticos familiares, também tem se destacado no atual sistema agrário.

Vale ressaltar que, embora estas atividades estejam baseadas no saber-fazer local, em processos tradicionais, muitas vezes, artesanais de produção, estes seguem as mesmas tendências de modernização como as demais atividades desenvolvidas dentro deste sistema. Um exemplo disso pode ser o atendimento das normas e padrões de qualidade destacando-se neste sentido os selos de origem e qualidade, ou mesmo o marketing sobre os produtos coloniais, orgânicos, agroecológicos, oriundos da agricultura familiar, além do uso de insumos (sementes, mudas...) e técnicas modernas que aumentam a produtividade.

Assim, pode-se afirmar que no sistema agrário contemporâneo, a busca pela modernização se dá por dois caminhos que correm paralelos: um mais voltado à monocultura e motomecanização, em propriedade com extensões mais consideráveis e mais propícias a motomecanização e a outra, que busca na diversificação produtiva e na pluriatividade uma alternativa de renda a partir de nichos de mercado.

Com base no que foi mencionado, pode-se afirmar que um estudo detalhado da dinâmica e evolução dos sistemas agrários pode revelar e identificar a diversidade e as especificidades do espaço agrário da GFM. Mesmo que neste artigo se tenha analisado apenas parte da mesorregião, já se pôde ter noção de quão amplo e diverso é este recorte.

Além disso, por ser uma região que possui um espaço rural com grande destaque, como apresentado anteriormente, entende-se que a metodologia dos sistemas agrários pode contribuir significativamente para a formulação de políticas públicas mais adequadas a diversa realidade da mesorregião,

pois, como apontaram Mazoyer e Roudart (1997), as políticas de desenvolvimento devem responder às necessidades das populações, suscitar sua participação, sem a qual essas intervenções não serão eficazes.

É imprescindível considerar ainda a relação do espaço rural com o urbano. Como já mencionado acima, um sistema agrário não pode ser analisado independentemente das atividades inerentes que lhe fornecem meios de produção, nem da utilização feita dos seus produtos por meio das atividades a montante e pelos consumidores (Mazoyer; Roudart, 1997). Enfim, a partir de um estudo detalhado dos sistemas agrários da GFM torna-se possível abrir um canal de concertação entre o local/regional, o âmbito nacional e também estadual, o que permite melhor adequar as políticas públicas às realidades locais.

Por sua vez, a segunda consideração diz respeito ao recorte espacial da mesorregião GFM. Como já mencionado na introdução deste artigo, embora um fator de identidade sejam as bacias do rio Paraná e Uruguai, este recorte não engloba a área total destas bacias. Por outro lado, o extremo sul da mesorregião possui características bastante distintas, sendo caracterizado por médias e grandes propriedades, sendo que a agricultura familiar apresenta-se menos expressiva, além da colonização ter se dado principalmente por descendentes luso-brasileiros. Por outro lado, os campos de cima da serra no Rio Grande do Sul, a extremo leste da mesorregião, também possuem uma concentração fundiária diferenciada onde 40 % a 60 % das propriedades rurais possuem mais de 500 hectares (Atlas Socioeconômico do RS).

Além disso, quando se analisa, mesmo que muito rapidamente, as políticas do MI para a mesorregião observa-se que estas ações tem caráter mais pontual, pouco integradas enquanto mesorregião. Nesse sentido, pode-se citar os seguintes programas:

- *fortalecimento de agroindústrias familiares*: em 2003 apoiou 51 agroindústrias e até meados de 2007 pretende-se apoiar mais 150, com investimentos de R\$ 4.529.900;
- *desenvolvimento do APL de móveis*: em 2004 e 2005, o setor moveleiro do oeste catarinense foi apoiado com R\$ 855.000 com o intuito de suprir deficiências do setor, instalando-se em Chapecó uma Escola Técnica/Central de Serviços de Moveleira do Oeste de Santa Catarina;
- *sinalização turística na região das Missões jesuíticas*: em razão da falta de sinalização nos principais eixos rodoviários das Missões/RS investiu-se R\$ 700.000,00 na instalação de 6 pórticos, 12 painéis com mapa e 1.074 placas de sinalização de municípios e atrativos turísticos;
- *fortalecimento da piscicultura*: investiu-se R\$ 700.586,00 em ações de fortalecimento da piscicultura envolvendo 200 agricultores familiares;
- *fortalecimento da vitivinicultura*: busca ações de capacitação de produtores e técnicos na região de Campos Novos-SC e no sudoeste do Paraná, sendo investidos R\$ 1.065.600,00, atendendo 250 famílias de agricultores familiares;

- *lapidação e artesanato mineral*: visa fomentar o uso de tecnologias apropriadas de lapidação e artesanato mineral em 7 municípios da região de Ametista do Sul/RS, envolvendo 2.200 garimpeiros, investindo R\$ 450.000,00 e,
- *apoio ao setor lácteo*: serão apoiadas cerca de 30 associações de produtores de leite no oeste catarinense, com o intuito de adequar a produção a normativa nº 51 com um investimento de R\$ 940.000,00 (Portal Ministério da Integração Nacional, 2007).

Enfim, as políticas acima apresentadas demonstram uma diversidade de ações do MI na mesorregião, o que por um lado é reflexo da diversidade da GFM. Mas, por outro lado, não se observa um programa de desenvolvimento territorial ou desenvolvimento territorial rural da mesorregião, pautado nos fatores que, segundo o MI, identificam a GFM enquanto tal. Certamente é uma tarefa árdua pensar um programa de desenvolvimento para um recorte espacial tão amplo e diverso. Porém, se isso não é possível, o que justificaria então tal regionalização?

Com a diversidade socioeconômica e geográfica da região de estudo podemos dizer que a evolução dos sistemas agrários serviu para compreender, entre outros aspectos, os processos de imigrações ocorridas neste amplo espaço geográfico, conforme demonstra a Figura 3.

Enfim, o Estado quanto agente de transformação tem se detido, até então, em ações de fortalecimento de demandas visivelmente locais, porém, não necessariamente o território como um todo. Neste sentido entende-se que repensar os limites ou o foco das ações sobre a mesorregião pode contribuir na formulação de um programa de desenvolvimento territorial ou territorial rural para a GFM. E, nesse sentido, a metodologia dos sistemas agrários em muito poderá contribuir para identificar as demandas e as potencialidades deste recorte.

Registro bibliográfico

Rambo, A.G.; Diel Deves O. y M. Lovois de Andrade
"Sistemas agrários, políticas públicas e desenvolvimento territorial local/regional: considerações acerca da porção oeste da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul - Brasil".

Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales, año 4, nº 4, Santa Fe, Argentina, UNL (pp. 137-165).

Referências

- Abramovay, Ricardo** (2001): *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. São Paulo, Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado.
- Acsegrad, Henri** (2002): Território e poder: as políticas das escalas. In: FISCHER, Tânia (org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade.
- Almeida, Jalcione** (1999): *A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.
- Bavaresco, Paulo Ricardo** (2007): *Colonização do extremo oeste catarinense: contribuições para a história campesina da América latina*. Disponível em: <http://www.alasru.org/>. Acesso em: maio de 2007.
- Boisier, Sergio et al.** (1995): *Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional*. Santiago do Chile: Ilpes/CEPAL.
- Breitbach, Aurea C. M.** (2001): O desenvolvimento regional no contexto da globalização. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. AGB-Porto Alegre: n. 27, dez./2001.
- Brum, Argemiro Jacob** (1988): *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes.
- Brum, Argemiro Luis** (2002): *A economia mundial da soja: impactos na cadeia produtiva da oleaginosa no Rio Grande do Sul - 1970-2000*. Ijuí: Unijuí.
- Dallabrida, Valdir R.; Siedenberg, Dieter Rugard; Fernández, Victor R. A.** (2004): Dinâmica territorial do desenvolvimento: sua compreensão a partir da análise da trajetória de um âmbito espacial periférico. In: Segundo Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Unisc.
- D'Angelis, Wilmar R.; Veiga, Juracilda** (2001): O trabalho e a perspectiva das sociedades indígenas no Brasil. In: Simpósio Nacional da Pastoral Operária - O futuro do trabalho na sociedade brasileira. São Paulo, 14-17 nov. 2001. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org>. Acesso em: maio de 2007.
- Ferrão, João** (2002): *Um novo mapa cognitivo para a ação local*. Inédito.
- Ferreira, José R.C.** (2001): *Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã-rs: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado (Economia Rural), Faculdade de Ciências Econômicas - PPGE / UFRGS, Porto Alegre.
- Fischer, Tânia** (2002): Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: Fischer, Tânia (org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador, Casa da Qualidade.
- Gonçalves Neto, Wenceslau** (1995): *Estado e agricultura no Brasil*. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo, Hucitec.
- Goularti Filho, Alcides** (2003): *Formação econômica de Santa Catarina*. Disponível em: http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_52.pdf. Acesso em: maio de 2007.
- IPD-Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional:** Caracterização da região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. In: *Capacitação de agentes sociais em organização e gestão de associações e cooperativas*. Ijuí: n.3, Unijuí, 2003.
- Kreutz, Ivar José** (2004): *Descentralização, participação e planejamento no mu-*

nicipio de Pirapó/RS. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias - UFSC, Florianópolis/SC.

Mazoyer, M.; Roudart, L. (2001): *Histórias das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa, Instituto Piaget.

Méndez, Ricardo (2002): *Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes*. Santiago, Eure. v.28, n. 84, 2002, Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php>. Acesso em: jul/2004.

Menasche, Renata (1996): *Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança - o caso da região de Santa Rosa, noroeste do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Mielitz Netto, C. G. A.; Siqueira, O. G. (2001): A crise alimentar das grandes cooperativas: análise do caso de Carazinho (RS) versus o da cooperativa de Não-Me-Toque (RS). *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, v. 36, n. 116.

Rio Grande do Sul: Secretaria de Coordenação e Planejamento. *Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 2005. Disponível em: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas>. Acesso em: maio de 2007.

Pinheiro, S. L. g. et al. (1997): Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na agricultura: uma abordagem construtivista. Florianópolis, *Revista Agropecuária catarinense*, v. 10, n.2, 1997.

Portal do Ministério da Integração Nacional: Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acesso em junho de 2007.

Portal da Mesorregião Gfm: Disponível em: <http://www.mesorregiao-gfm.org.br/index.php>. Acesso em maio de 2007.

Schneider, Sergio (1999): *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS.

Silva Neto, B.; Frantz, T. R. (2005): A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: Silva Neto, B.; Basso, D. (coord.). *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí, Unijuí.

Wünsh, J. A. (1995): *Diagnóstico de sistemas de produção: procedimentos para ações de desenvolvimento regional*. Piracicaba, Dissertação de Mestrado: ESALQ - USP.